

Endividado e sem poder pagar ?

Desta vez o tema deste pequeno artigo é dirigido a Pessoas Singulares, que estejam numa situação de sobre endividamento o que não é nada incomum nos dias que correm, face ao agravamento do desemprego e das dificuldades económicas que as empresas em geral e o País em particular vivem.

Assim, de uma forma simples , clara e objectiva dou início ao artigo com uma pergunta, cuja resposta , poderá eventualmente caracterizar a situação de insolvência de uma Pessoa Singular.

O que é a insolvência ? O nº 1 do artº 3º do Código de Insolvência e Recuperação de Empresas – CIRE, dispõe que é considerado em situação de insolvência o devedor que se encontre impossibilitado de cumprir as suas obrigações vencidas. O processo de insolvência é assim um processo de liquidação que visa o pagamento da totalidade dos credores. No caso das pessoas singulares para atingir este objectivo a insolvência poderá ter de passar por um plano de pagamento e exoneração do passivo restante.

Embora o ideal seja quase sempre, chegar a acordo com os credores, relativamente ao incumprimento, se tal não for possível e para evitar que os credores vão a tribunal executar e pedir a penhora dos bens o que é sempre mais dispendioso para o devedor, é preferível que a Pessoa Singular recorra ao pedido de insolvência de Pessoa Singular com a exoneração do Passivo Restante.

E o que é a exoneração do passivo restante ? É um regime que visa intervir directamente nas situações de sobre endividamento das pessoas singulares, permitindo a estas, quando não consigam, no decurso do processo de insolvência, pagar todas as suas dívidas, para não ficarem oneradas com as mesmas para o resto da vida. Qualquer pessoa singular, que preencha os requisitos legais para o efeito, poderá requerer a exoneração do seu passivo. A exoneração do passivo restante é assim e dito de outra forma , um dispositivo legal que possibilita ao devedor pessoa singular exonerar-se dos créditos devidos, caso estes não sejam pagos no processo de insolvência, ou nos cinco anos posteriores ao seu encerramento, mediante a cessão do rendimento do devedor aos credores através de um fiduciário. Este mecanismo é também conhecido pelo principio do *fresh start* e que traduzido para a língua portuguesa, significa começar de novo.

No entanto a exoneração não abrange : a) Os créditos por alimentos b) As indemnizações devidas por factos ilícitos dolosos praticados pelos devedor, que hajam sido reclamadas nessa qualidade c) Os créditos por multas, coimas e outras sanções pecuniárias por crimes ou contra-ordenações d) Os créditos tributários. Se durante o período de cessão, ocorrerem as circunstâncias previstas no nº 1 do artigo 243º do CIRE, quais sejam, entre outros a ocultação ou a dissimulação de rendimentos, a pedido fundamentado de algum credor da insolvência, do administrador ou do fiduciário, pode juiz recusar a exoneração, ocorrendo, neste caso, uma cessação antecipada do procedimento de exoneração

O processo de insolvência inicia-se com um requerimento dirigido ao Tribunal contendo em resumo as razões que levaram o insolvente a essa situação, devendo entre outros requisitos legais, informar os cinco maiores credores do requerente e deverá ser feito no prazo máximo de seis meses, após a data de verificação da situação de insolvência, para beneficiar da exoneração do passivo restante.

Pode ainda haver lugar a um “plano de pagamentos” no caso de pessoas singulares, não empresárias ou titulares de pequenas empresas. Estas podem com um requerimento de apresentação à insolvência, ou em alternativa à contestação apresentar um plano de pagamentos que preveja uma forma de liquidar os créditos aos credores. Pode beneficiar deste regime de “recuperação” o devedor que seja pessoa singular desde que não tenha sido titular de exploração de qualquer empresa, nos três anos anteriores ao início do processo. É preciso ponderar algumas medidas legais, de acordo com as especificidades do caso concreto, dado que a exoneração do passivo restante é sensível às alterações que eventualmente possam ocorrer no plano familiar, ao que passo que, no plano de pagamentos não. Entre outras, estas são medidas legais que importa avaliar e aplicar consoante as especificidades do caso concreto.

Para o efeito é fundamental o aconselhamento de um profissional qualificado, ou seja, não dispensar a consulta a um Advogado.

Amadeu Sousa Pereira – Advogado